

21 JAN 1993

ESTADO DE SÃO PAULO

Governo vai usar reservas para rolar dívida interna

Reservas serão lastro de papéis com correção cambial ou monetária

RIBAMAR OLIVEIRA

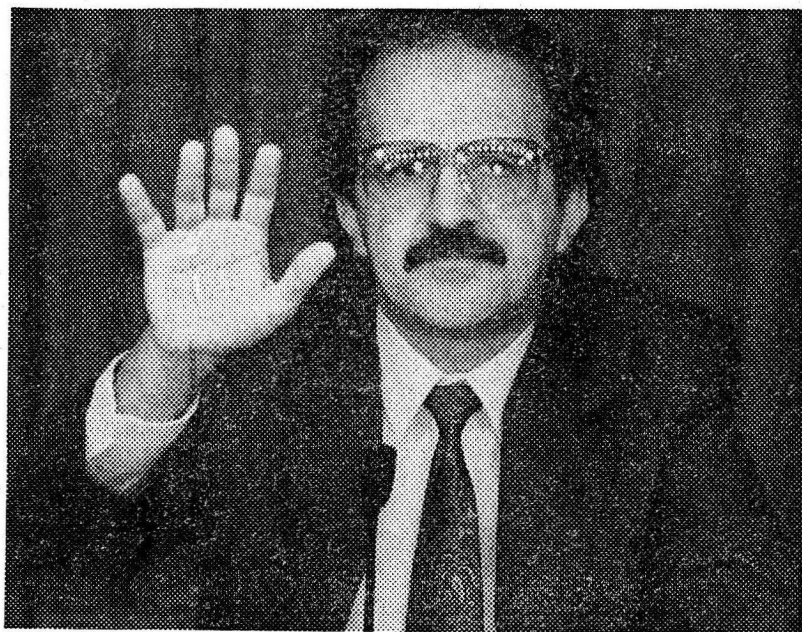
BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Paulo Haddad, vai utilizar de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões das reservas internacionais — há cerca de US\$ 19 bilhões em caixa — para tentar o alongamento dos prazos da dívida interna federal. Para isso devem ser emitidos títulos com correção cambial ou monetária lastreados em reservas. A idéia é trocá-los por papéis de prazos mais curtos já em circulação. Será como uma renegociação da dívida.

Essa operação poderá fazer parte do programa de estabilização da economia que está em discussão no governo, para ser deslançado depois que fizerem efeito as medidas de curto prazo em andamento e forem satisfeitas as condições mínimas estabelecidas pelo ministro Haddad — entre elas a negociação das dívidas do setor público e a reconquista da confiança do mercado.

A nova decisão resultou de uma avaliação da mudança tributária aprovada em primeiro turno na Câmara. Pelo acordo negociado com os partidos, nenhum centavo do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) será usado no resgate de títulos federais neste ano e em 1994 — o governo queria usar 50% do IPMF para isso.

Alguns partidos políticos, como o PMDB, chegaram a aceitar que 30% da receita do IPMF fosse utilizado no resgate dos títulos. Mas o PT exigiu, para apoiar o ajuste fiscal, que os recursos arrecadados fossem utilizados inteiramente em programas nas áreas sociais. O governo foi obrigado a ceder. Sem a alternativa de poder usar o dinheiro do novo imposto e obrigado a reduzir o endividamento público, que ameaça transformar-se novamente numa bola de neve, o governo começou a pensar em usar parte das reservas.

Sugestão — Mas, ao contrário do que propôs o ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, deputado Delfim Netto (PDS-SP), as reservas não serão usadas em investimentos públicos — Delfim sugeriu que o governo utilizasse esses dólares para a recuperação das estradas federais. A fórmula de Haddad é outra: as reservas vão lastrear títulos que serão trocados por papéis já em circulação. O total desses papéis equivale a US\$ 37 bilhões.



No lugar do imposto

A intenção original era usar o IPMF para reduzir a dívida. O acordo com os partidos enterrou a idéia



Proposta encalhada

A sugestão de Delfim Netto era usar parte das reservas para financiar a recuperação de estradas

Dívida externa inspirou esquema

O esquema em estudo no Ministério da Fazenda é muito semelhante ao que foi adotado na renegociação da dívida externa. Neste caso, os bancos credores vão trocar um crédito antigo por títulos novos do governo brasileiro, com prazo de vencimento de até 30 anos, que serão lastreados por títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos — os chamados "cupons zero". Para comprar os "cupons zero", o governo brasileiro vai gastar algo em torno de US\$ 4,2 bilhões. Parte desse dinheiro será financiada pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No caso da renegociação da dívida interna, a idéia é utilizar parte das reservas como garantia dos novos papéis que serão trocados pelos que estão em poder do público. O ministro Paulo Haddad quer realizar essa renegociação da dívida interna de acordo com as regras de mercado — ou seja,

sem imposição unilateral do governo. Ele acredita que os detentores dos atuais papéis terão interesse em trocá-los pelos novos títulos, pela simples razão de que estes últimos terão garantias inquestionáveis no dia do vencimento. Com isso, esses títulos poderão ter prazos maiores. A correção poderá ser monetária ou cambial, a critério do interessado.

A renegociação da dívida interna é fundamental, na estratégia do ministro Paulo Haddad, para aumentar a liberdade do Banco Central de fazer política monetária — retirar ou injetar dinheiro na economia, de acordo com os objetivos da política econômica em curso. Desafogaria também o Tesouro, que hoje é obrigado a arcar com custos cada vez mais elevados toda vez que o BC pratica uma política de juros mais ativa. Qualquer ponto porcentual a mais nas taxas de juros, implica em pesados ônus para o Tesouro.